

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS**, CNPJ n.º 00.136.858/0001-88, situado na Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR vem justificar a presente dispensa de licitação, para atendimento as necessidades deste CONIMS.

1. OBJETO E LEI DE REGÊNCIA

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de inteligência artificial, por meio da plataforma CHATGPT, com suporte técnico, destinada a atender as necessidades administrativas do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no aviso de contratação direta e seus anexos.

1.2. Sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste termo e seus anexos, caput e inciso II do artigo 75 da Lei n.º 14.133/2021 e Resolução CONIMS nº 012/2025 e demais legislações aplicáveis.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando a justificativa de demanda emanada pela Coordenadora de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.

Considerando que não será possível realizar a contratação diretamente da plataforma ChatGPT, em virtude de a empresa ser de natureza internacional não fornecendo nota fiscal, sendo necessária para comprovações fiscais e para a realização do pagamento, restou como única alternativa a contratação indireta, por meio de empresas terceirizadas autorizadas, que comercializam e disponibilizam as licenças da plataforma.

Dessa forma, a contratação será realizada por intermédio de uma empresa especializada, garantindo o cumprimento das diretrizes que regem as contratações públicas, conforme estabelecido pela legislação aplicável. Além disso, a empresa contratada oferece o suporte técnico adequado necessário, proporcionando a utilização plena da plataforma e assegurando a legalidade e a conformidade do processo, em atendimento aos requisitos legais e administrativos exigidos para a formalização da contratação.

Ao contar com uma empresa especializada, esta pode garantir maior controle sobre a plataforma, incluindo licenciamento, gestão de contas e ajustes na utilização conforme as necessidades do CONIMS. Isso reduz o risco de mal-entendidos ou uso inadequado da plataforma, assegurando que todas as políticas e diretrizes sejam seguidas de maneira eficiente e sem surpresas.

Considerando Resolução nº 147/2023, deste CONIMS em seu artigo 5º, a qual fica dispensada a realização do estudo técnico preliminar, para os casos de contratação direta na modalidade dispensa de licitação.

Considerando Parecer Referencial nº 012/2025, a qual fica dispensada o parecer jurídico para contratação direta por dispensa de licitação de pequeno valor.

Considerando-se que as contratações atuais com objetos semelhantes não ultrapassam o valor máximo para contratações por dispensa de licitação, sendo observado o que consta na resolução CONIMS Nº 012/2025.

(...)

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido **no exercício financeiro** pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no **mesmo ramo de atividade**.

(...)

§ 8º Considera-se ramo de atividade o segmento econômico de mercado à qual pertença o objeto da contratação, podendo ser identificado, de forma auxiliar e não exclusiva, pela subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), devendo-se considerar, com prioridade, a natureza do objeto contratado, sua finalidade pública, sua identidade funcional e a possibilidade de contratação conjunta, sob o ponto de vista do planejamento da Administração;

Considerando o disposto na resolução verifica-se que o objeto em análise se enquadra como licença de software de transcrição de dispositivo gravador de voz.

Trata-se, portanto, sua finalidade de solução tecnológica destinada à interpretação e transcrição automática de áudios, com aplicação direta em atividades administrativas e operacionais da instituição.

Assim, conforme a natureza e finalidade do objeto, o enquadramento está em conformidade com o entendimento da norma mencionada.

Considerando-se se tratar de serviços comuns, facilmente identificados por parâmetros mercadológicos.

Portanto, ante a prévia análise conclui-se a dispensa de licitação a melhor forma de contratação em virtude de o valor do objeto enquadrar-se no dispositivo legal, caput e inciso II do art. 75, da Lei nº 14.133/21.

Pato Branco/PR, 06 de janeiro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER
PRESIDENTE

Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

GJ2**5QN****L3J****R4Z**